

AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA SUBSAARIANA NO CONTEXTO DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

Jorge Luís dos Santos Alves *

Resumo

O artigo examina as relações entre o Brasil e os Estados da África Subsaariana e tem o propósito de delinear a posição da Atividade de Inteligência no processo de tomada de decisão em um ponto específico e relevante da política externa brasileira: a política africana. A África Subsaariana constitui um amplo espaço geoestratégico aberto para a projeção econômica e política brasileira e no qual a Atividade de Inteligência está vocacionada a atuar na busca de oportunidades e detecção de ameaças. Os países africanos de língua portuguesa são casos exemplares do potencial e dos obstáculos dessas relações no campo da Atividade de Inteligência. São abordadas as características da realidade contemporânea da África e os interesses externos ali atuantes. Descreve as linhas básicas da política africana do Brasil e o papel dos serviços de Inteligência africanos no aparato estatal de segurança. Por fim, busca contextualizar as atribuições e competências da ABIN na temática das relações afro-brasileiras.

Palavras-chaves: Agência Brasileira de Inteligência; Atividade de Inteligência; Relações Brasil-África Subsaariana.

BRAZIL-SUB-SAHARAN AFRICA RELATIONS IN THE CONTEXT OF THE INTELLIGENCE ACTIVITY

Abstract

This study aims at examining the relations between Brazil and the Sub-Saharan African States from the point of view of the Intelligence Activity and its position in the decision-making process of a specific and relevant point of the Brazilian foreign policy: the African policy. Sub-Saharan Africa is a broad strategic space open to Brazilian economic and political projection and in which the Intelligence Activity is geared towards acting in search of opportunities and detection of threats. The Portuguese-speaking African countries exemplify the potential and obstacles regarding these relations. We discuss the characteristics of Africa's contemporary reality and the foreign interests acting there. We describe the basic lines of the Brazilian policy for Africa and the role of the African intelligence services in the state security apparatus. Finally, we seek to conceptualize ABIN attributions and competencies within Afro-Brazilian relations.

Keywords: Agência Brasileira de Inteligência; Intelligence Activity, Brazil-Sub-Saharan Africa Relations.

* Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

INTRODUÇÃO

O artigo examina as relações Brasil-África Subsaariana¹ com ênfase nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e sob o enfoque de que estas relações propiciam oportunidades de projeção dos interesses do Brasil no ambiente externo. Nesse contexto, pretendemos analisar e refletir como a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), pode contribuir para a identificação dos óbices e potenciais vantagens dessas relações e, desse modo, propiciar maior eficácia no processo de tomada de decisões. Os Palop serão abordados como exemplos da presença de oportunidades capazes de alavancar a projeção econômica e política do Brasil. A primeira premissa do estudo é que a cooperação e a interação com os serviços de Inteligência africanos constituem instrumentos para alavancar a melhoria da segurança coletiva em áreas de conflito ou naquelas identificadas com o entorno estratégico do Brasil (a costa ocidental da África). A segunda premissa é que há um conjunto de oportunidades, inexploradas ou subutilizadas, de projeção de poder do Brasil na África no qual a Atividade de Inteligência é chamada a exercer a sua atribuição de subsidiar de forma prospectiva e preventiva o processo decisório nacional e as ações de governo.

Inicialmente, abordamos a realidade contemporânea da África e os interesses externos ali atuantes (europeus, norte-

americanos e chineses). Em seguida, é descrita a política africana do Brasil e os motivos de a África ser um campo de oportunidades aos interesses do Brasil tendo como recorte os Palop. No terceiro tópico, são enfocados os serviços de Inteligência africanos e a sua inserção no aparelho de segurança do Estado e, por fim, situamos o “lugar” potencial da Inteligência de Estado na elaboração e na execução da política africana do Brasil.

Para a elaboração desse estudo, foram empregadas a literatura especializada sobre a temática africana e a Atividade de Inteligência, inclusive os documentos relativos à Política Nacional de Inteligência (PNI) e à Estratégia Nacional de Inteligência (ENI), e fontes disponíveis na internet.

PANORAMA DA ÁFRICA SUBSAARIANA

A compreensão da realidade africana deve ter como pressuposto a heterogeneidade cultural, política e social do continente. É um ponto comum entre os africanistas brasileiros (Alberto da Costa e Silva, José Flávio Sombra Saraiva, Pio Penna Filho) a percepção de que a mídia nacional destaca as catástrofes naturais e humanas, os conflitos políticos e sociais; enquanto os aspectos positivos são quase ignorados. Estas percepções dicotômicas geram e reforçam estereótipos que dificultam uma estratégia duradoura dos interesses do Brasil na África (SARAIVA, 2008, p. 89-91).

Dois fatores contribuem para a configuração

1 A África Subsaariana é a porção do continente africano que se estende do deserto do Saara em direção ao sul margeada pelos oceanos Atlântico e Índico.

da realidade africana contemporânea: a herança do colonialismo e a estrutura do Estado africano pós-colonial. O colonialismo europeu foi de curta duração, mas altamente deformador das instituições africanas endógenas. O europeu alterou, em período relativamente curto, as estruturas sociais e políticas, introduziu novas formas de organização da vida sócio-econômica e desenhou fronteiras que escapavam à lógica interna das sociedades pré-coloniais.

Os Estados pós-coloniais na África criaram estruturas semelhantes às das dos Estados colonizadores sem possuírem recursos financeiros e estruturas econômicas adequadas para sustentá-las. Assim, formaram-se burocracias numerosas, geralmente recrutadas no meio étnico do qual se originava a liderança política, a exemplo dos quimbundos em Angola, dos balantas na Guiné-Bissau, dos baoulés na Costa do Marfim e dos sereres no Senegal. Os recursos para sustentar essas burocracias são extraídos das atividades produtivas do campo (agricultura, mineração) em benefício das elites inseridas nas burocracias civil e militar. Neste processo, há uma transferência de renda durante a qual os camponeses são obrigados a plantar gêneros para exportação (algodão, cacau, café, borracha, chá) em detrimento de gêneros de subsistência (arroz, feijão, mandioca, milho, sorgo). As Caixas de Estabilização, criadas para regular os preços das matérias-primas, atuam como instrumentos de transferência de recursos do campo para a cidade (M'BOKOLO, 2011, p. 641-642). Esta situação constitui um dos agentes do estado endêmico de insegurança coletiva no continente, pois as constantes guerras civis no período pós-colonial podem ser interpretadas como

guerras do campo contra a cidade mesmo quando adquirem contornos ideológicos (Guerra Fria) ou étnicos (Guerra de Biafra). Os conflitos se desdobram em saques ou alianças com negócios ilícitos para financiar clientelas políticas e milícias. Configurou-se, assim, a imagem de falência do Estado na África se pensarmos na sua organização de acordo com o modelo ocidental e desconsiderando-se a permanência de estruturas sociais e tradições políticas pré-coloniais (FERREIRA, 2014, p. 137-144).

O quadro político, econômico e social da grande maioria dos países da África Subsaariana na última década do século XX caracterizou-se por um cenário em que o Estado pós-colonial parecia vergar sob o peso da crise econômica, do esgotamento dos regimes políticos monopartidários, da corrupção, do genocídio e do saque dos recursos naturais. Aos fatores humanos, somaram-se catástrofes naturais, às quais, por certo, não são alheias as ações antropogênicas, a exemplo da seca no Sahel e de epidemias (HIV/AIDS). No início do século XXI, o cenário que dava razão à vertente pessimista de leitura da África foi matizado por dinâmicas externas e internas ao continente. No plano econômico, o *boom* das *commodities* impulsionado pela expansão econômica chinesa proporcionou a entrada de recursos que trouxeram certa estabilização política, muito embora permanecessem os vícios da corrupção, do patrimonialismo e da burocratização. No plano político, desde o fim dos anos 1980, a África testemunha a transição do monopartidarismo, das ditaduras personalistas e dos governos militares para o pluripartidarismo, embora nem sempre haja garantia de concorrência eleitoral equilibrada. Ainda inacabada,

a transição política é dinamizada por pressões externas e pressões domésticas impulsionadas por mobilizações populares e pressão de grupos da oposição (SARAIVA, 2015, p.25-28).

Esta situação constitui o pano de fundo do funcionamento dos serviços de Inteligência (SIs) africanos, da sua percepção pela sociedade civil em relação à legitimidade e da sua influência nas relações de cooperação ou antagonismo com os serviços congêneres.

PANORAMA DOS INTERESSES EUROPEUS, NORTE-AMERICANOS E CHINESES NA ÁFRICA

No início do século XXI, ocorreu a renovação do interesse de diversos atores internacionais pela África². Os interesses europeus, notadamente as antigas potências coloniais (França, Portugal, Reino Unido) adquiriram novos contornos inseridos no conjunto de ações de política externa da União Europeia (UE). O Reino Unido, através da Comissão para a África (criada em 2004), propôs soluções para a erradicação da pobreza, o combate à corrupção e o desendividamento dos países africanos com o emprego de “soluções técnicas visando ao desenvolvimento” que se opõem à abordagem norte-americana baseada em critérios políticos (democracia) e de segurança (guerra ao terror) (HUGON, 2009, p.130-131). A França substituiu as ações “paternalistas” (fundos de ajuda ao desenvolvimento e

cooperação militar) nas suas antigas colônias africanas por uma estratégia multilateral de valorização da relação União Europeia/África. Esta estratégia, contudo, não é isenta de oscilações e ambiguidades, como demonstra a intervenção militar nas guerras civis em Côte d’Ivoire em 2004 e 2011, no Mali e na República Centro-Africana (RCA) em 2013. Para os Estados Unidos da América (EUA), os países da África Subsaariana de maioria ou parcela significativa de confissão islâmica, casos de Nigéria, Níger, Somália e Sudão, adquiriram importância geopolítica em razão da disseminação do fundamentalismo religioso, considerado fonte de recrutamento para os grupos terroristas Al Qaeda no Magreb (AQIM), Al Shabaab e, a partir de 2014, o Boko Haram e o Estado Islâmico (EI).

O petróleo constitui outra dimensão da política estadunidense para a África, e o Estado insular de São Tomé e Príncipe é representativo dessa questão. De um lado, empresas norte-americanas obtiveram a concessão para exploração de petróleo (Chevron, ExxonMobil) e, de outro, a posição geográfica (Golfo da Guiné, entre o delta do rio Níger e a foz do rio Congo) faz do arquipélago um “porta-aviões” natural capaz de monitorar países ricos em hidrocarbonetos, a saber, Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria e República do Congo (ex-Congo Brazzaville). A criação de um comando militar para o continente (Africom) e a recriação da IV Frota (Atlântico Sul) explicitam as intenções

2 Alguns autores apontam para uma nova partilha da África com participação ativa de Estados emergentes: Brasil, China, Índia e Turquia. Além dos atores estatais, cresceu ou renovou-se a presença de organizações não-governamentais, empresas transnacionais, igrejas e organismos internacionais, a exemplo de Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia, União Africana e CPLP. (CARMODY & OWUSU, 2011, p. 235).

de projeção de poder dos EUA na África baseada no enfrentamento ao terrorismo e na segurança energética.

Outro ponto importante das agendas norte-americana e europeia ocorre no campo das ideias e do poder simbólico. No processo de transição política da África Subsaariana na passagem do século XX ao XXI, houve a difusão de uma agenda de valores considerados “naturais” e essenciais para a reforma das estruturas estatais: a democracia, os direitos humanos, o livre-mercado e a governança. A adesão a esses valores (ainda que de caráter formal) representa, para as elites dirigentes africanas, a oportunidade de obter recursos na forma de investimentos ou doações dos EUA e da UE. A pressão externa por reforma do Estado foi simultânea à expansão das redes criminosas transnacionais e à ameaça do terrorismo, que trouxeram para as potências ocidentais um novo valor estratégico para a África Subsaariana, embora numa dimensão secundária em relação a outras regiões do planeta (PLESSIS, 2005).

Portugal foi o último império colonial a se retirar da África. Após 14 anos de guerras coloniais (1961-1975), a revolução de abril de 1974 iniciou um processo abrupto de descolonização. Nos PALOP, a memória do colonialismo desperta animosidade e desconfiança em relação ao antigo colonizador e provoca resistências no âmbito da CPLP (SARAIVA, 2015, p. 110). Portugal ainda possui interesses econômicos robustos no continente, notadamente em Angola, e políticos articulados à cooperação militar e estratégica no Atlântico Sul (BERNARDINO, 2011). Mas não é uma via de mão única, pois, para a África

lusófona, a relação com Portugal é uma via de comunicação com a EU e constitui uma forma de manifestar e defender os seus interesses junto a um dos principais polos de investimento e ajuda internacional.

O que dinamizou e abriu novos cenários nas relações externas dos países da África Subsaariana foi o ciclo expansivo da economia da China. A inserção chinesa na África ocorre desde o período da descolonização. As relações sino-africanas eram então guiadas por motivações político-ideológicas enunciadas na Conferência de Bandung (1955), por exemplo, o apoio aos movimentos de libertação nacional e a cooperação bilateral. A necessidade de fontes de abastecimento de matérias-primas (hidrocarbonetos, minérios, madeira, gêneros agrícolas) em razão da expansão econômica constitui o cerne da política externa chinesa para a África no início do século XXI. Ao contrário das potências ocidentais, a atuação chinesa nos países africanos não está limitada por contingências de ordem ambiental, política ou direitos humanos. Na África, a China aproveitou o vazio do pós-Guerra Fria para afirmar-se como potência global a partir de meados da década de 1990. A expansão chinesa caracteriza-se pela concepção da não-intervenção nos assuntos internos dos Estados africanos, muitos dos quais acusados de violação dos direitos humanos (Sudão) ou má governança (Zimbábue). Nesse sentido, a China propõe um modelo concorrente aos valores ocidentais de organização do Estado, o que, além de vantagens no campo econômico, proporciona uma alternativa de aliança nas relações internacionais. Os investimentos chineses na África e as exportações desta para a China representaram uma ruptura,

entre as economias africanas e as economias europeias, do modelo vigente desde o período colonial; o intercâmbio sino-africano prosseguiu após as independências e formou uma relação de dependência. No entanto, a relação com a China não alterou as características das trocas comerciais, que permaneceram centradas na exportação de *commodities* e na importação de bens manufaturados e serviços, mas ganharam a participação ativa de redes mercantis controladas por africanos (SARAIVA, 2008, p. 309-310; TAYLOR, 2010, p. 76).

A POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL

A política africana do Brasil caracteriza-se pela oscilação e pela descontinuidade. Estratégias de aproximação são sucedidas por afastamentos motivados por injunções da política externa e interna (adoção do neoliberalismo econômico, fim da guerra fria e globalização) ou pela priorização de resultados políticos e econômicos imediatos (SARAIVA, 2015, p. 95-96; FARIAS, 2017, p. 91-149). Entre a última década do século XX e meados da segunda década do século XXI, ocorreram dois momentos distintos nas relações Brasil-África. A década de 1990 caracterizou-se por uma diminuição gradativa da importância estratégica da África para o Brasil em razão da redefinição de prioridades da política externa. No governo Lula da Silva, ocorre um redimensionamento da agenda diplomática do País com o incremento da cooperação sul-sul, na qual a África Subsaariana adquiriu nova centralidade na formulação da política externa. São marcas desse período a diplomacia presidencial, a inserção de grandes grupos nacionais na

economia de países africanos nos setores de construção pesada e mineração, e a celebração de acordos de cooperação nas áreas técnica, humanitária, educacional, econômica e militar (JORGE, 2015, p. 50-57). No contexto do *boom* das *commodities* de meados dos anos 2000, a reorientação da estratégia diplomática do Brasil trouxe um crescimento expressivo do intercâmbio comercial, um objetivo permanente das relações com a África Subsaariana desde os anos 1960. Os seguintes vetores indicam a conjuntura da política africana do Brasil nas primeiras décadas do século XXI:

1. A priorização de projetos de desenvolvimento como obras de infraestrutura, transferência de tecnologia “tropicalizada” brasileira, a produção de biocombustíveis adequada às necessidades locais e políticas de acesso a medicamentos para combater HIV/AIDS, a malária e a tuberculose. Empresas brasileiras estabeleceram, ou ampliaram, as suas atividades na África (Odebrecht, Petrobrás, Vale) e intensificaram-se as ações de cooperação de instituições públicas, a exemplo da Embrapa em Gana e Moçambique e da Marinha na Namíbia (JORGE, 2015, p. 50-57).

2. A concertação da política bilateral orientada para a África do Sul, a Nigéria e os países da África lusófona (principalmente Angola). Mas houve também uma ambiciosa extensão da presença diplomática materializada na abertura ou na reativação de 19 embaixadas em países até então em segundo plano, casos do Sudão e de Benim, e na visita do presidente Lula da Silva a 24 países do continente (JORGE, 2015, p. 43). A diplomacia presidencial

do governo Lula foi o instrumento mais visível da retomada da política africana³ ocorrida em sincronia com a percepção de um sentimento de “renascimento africano” materializado na fundação da União Africana (UA).⁴ A diplomacia brasileira incrementou ainda a participação em fóruns multilaterais: a CPLP, o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), e a iniciativa América do Sul-África (ASA), cuja primeira cúpula foi realizada em Abuja (Nigéria) em 2006. As iniciativas supramencionadas visavam a conquistar apoio para a obtenção de uma vaga no Conselho permanente das Nações Unidas. Arelado a este objetivo, o Brasil tem integrado Missões de Paz em Angola, Guiné-Bissau e RDC.

3. A aproximação cultural (*soft power*) devido aos laços histórico-culturais que demonstram o longo percurso comum com as nações africanas e a sua contribuição na construção da brasilidade. Além disso, nos países africanos lusófonos, é bastante difundida a produção da indústria cultural brasileira (música, programas de televisão). Desde a última década do século XX, o *soft power* brasileiro tem se manifestado de uma nova forma. Trata-se da expansão das igrejas evangélicas lideradas por missionários brasileiros com expressiva presença nas mídias locais e importante atuação social em Angola e Guiné-Bissau (MASSEY, 2016).

4. As relações com os Estados africanos situados na vertente atlântico-sul adquiriram maior relevância estratégica conforme os

objetivos da Política e da Estratégia Nacional de Defesa (PND/END) (BRASIL, 2016, p. 6). Nestes documentos, a Defesa incorpora, ao seu pensamento estratégico, o Atlântico Sul, área por onde transitam de 70% a 80% do transporte marítimo do Brasil e ponto cada vez mais sensível na geopolítica mundial em razão do potencial de petróleo e gás natural tanto no litoral do Brasil quanto no da África Ocidental. Também é uma área de crescente insegurança marítima em razão das ações de pirataria no Golfo da Guiné (ABDENUR e SOUZA NETO, 2014, p. 5-21).

Não obstante as oportunidades econômicas e políticas apresentadas pelos países africanos, a volatilidade político-social do continente pode propiciar a emergência de situações desfavoráveis para o interesse nacional brasileiro. O desconhecimento, ou o conhecimento insuficiente, das complexas realidades locais dificulta a formulação de estratégias eficazes tanto na esfera pública quanto na privada nas relações Brasil-África. Neste contexto, a ampliação de parcerias e o intercâmbio de informações entre as instituições componentes do Sisbin, coordenado pela Abin, e os serviços de Inteligência africanos são fundamentais para delinear cenários e as suas variáveis mais próximas da realidade.

OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

3 A priorização das relações Brasil-África na agenda da política externa do País é frequentemente criticada por uma fração dos formadores da opinião pública e dos setores intragovernamentais que defendem uma estratégia político-diplomática orientada para o “norte” (EUA e Europa Ocidental).

4 A UA sucedeu a Organização da Unidade Africana (OUA). Fundada em setembro de 2002 e com sede em Adis Abeba/Etiópia, a UA pretende promover a democracia, os direitos humanos e o desenvolvimento na África.

Em julho de 1996, os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe decidiram a criação da CPLP com três focos básicos: a concertação político-diplomática, a valorização da língua portuguesa e a cooperação técnica, científica e tecnológica. Os Palop têm pouco mais de quarenta anos de existência independente e possuem estruturas políticas ainda em consolidação ou mesmo bastante frágeis. Desde as independências (1975), as antigas colônias portuguesas na África foram objeto da estratégia político-diplomática do Brasil com base na língua e no reconhecimento de um fundo histórico com laços comuns cuja característica fundamental é a herança colonial. Como foi mencionado, a política africana teve inflexões e recuos que não significaram uma ausência completa. No governo Lula da Silva, a aproximação do Brasil com os Palop foi marcada pelo incremento dos investimentos de empresas brasileiras (principalmente em Angola e Moçambique) e de acordos de cooperação técnica nas áreas de agricultura, saúde, educação e capacitação profissional para desenvolvimento industrial, meio ambiente, segurança pública, administração pública, energia e indústria (IPEA/BANCO MUNDIAL, 2011).

Os Palop apresentam características econômicas, sociais e políticas bastante distintas que explicitam o equívoco de tratar o continente africano de forma homogênea e reducionista.

Angola destaca-se pela grande população,

pelos seus recursos naturais (petróleo, diamantes, ferro) e uma forte expansão econômica na primeira década do século XXI. A partir de 2014-2015, contudo, a economia angolana entrou em crise com a queda dos preços do petróleo (TV 5 MONDE, 2017). No contexto africano, Angola tem uma política externa bastante ativa voltada para o Golfo da Guiné (São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial), a Guiné-Bissau e a África Central, notadamente a RDC, onde apoia o governo de Joseph Kabila.⁵

Moçambique, ainda muito dependente da cooperação internacional, tem desenvolvido projetos agrícolas (soja) e de exploração mineral (carvão e gás natural). O país adquiriu relativa estabilidade política após quase duas décadas de guerra civil e é visto pela comunidade internacional como um “caso modelar de inserção internacional altaneira na ordem internacional do início do século XXI” (SARAIVA, 2008, p. 99). No entanto, Moçambique enfrenta grave crise financeira e alto endividamento externo.

Os demais países da África lusófona possuem espaço territorial e economias mais modestas. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são estados insulares, com recursos insuficientes para a garantia do bem-estar econômico e social dos seus cidadãos. No entanto, a localização geográfica é um ativo destes países. Cabo Verde constitui uma encruzilhada nas rotas aéreas e marítimas do Atlântico Sul para a Europa. Pobre de recursos naturais, o país depende da ajuda internacional e das remessas de divisas

5 Sobre a política externa angolana nestas regiões, ver Angola no Golfo da Guiné e Atlântico Sul. *Africa Defence & Security*: 16 nov. 2016. Disponível em: <africadefesaeseguranca.wordpress.com/2016/11/16/angola-no-golfo-da-guine-e-atlantico-sul/> Acesso em: 20 ago. 2017.

efetuadas pelos imigrantes. A estabilidade política e a boa governança do arquipélago constituem outro ativo importante para as relações de Cabo Verde junto às instituições e doadores externos. São Tomé e Príncipe está situado numa área crítica da segurança da África Ocidental – o Golfo da Guiné – assolada pela pirataria marítima à qual se soma o enorme potencial de petróleo e gás natural que se estende do continente para o mar. O país padece de crônica instabilidade política e corrupção (FRANCISCO e AGOSTINHO, 2011), mas o potencial econômico e a posição estratégica atraem o interesse chinês e o russo em projetos de infraestrutura, por exemplo, a construção de um porto em águas profundas e um aeroporto internacional.⁶ A Guiné-Bissau apresenta um quadro cíclico de instabilidade e violência política. Nenhum governo conseguiu terminar o mandato e guerras civis (1998/1999 e 2011/2012) agravaram a pobreza do país, alvo de missões de paz de 1999 até o presente. A instabilidade crônica atraiu o crime organizado transnacional influenciando a expansão da economia informal fundamentada no ilícito, na corrupção e na cooptação das elites civis e militares (MASSEY, 2016). Os poucos recursos disponíveis pelas forças de segurança (militares e policiais) são assimétricos aos lucros potenciais das seguintes atividades ilícitas: o tráfico de drogas, o tráfico de pessoas, o contrabando de cigarros e de madeira. Em meados dos anos 2000, o cenário de um narcoestado⁷ em formação era percebido pelos observadores

internacionais que apontavam a crescente ingerência das redes criminosas no aparato estatal e que culminaram nos conflitos de 2011 e 2012 (UNODC, 2013).

A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E OS DESAFIOS À SEGURANÇA COLETIVA NA ÁFRICA

Os Estados africanos enfrentam ameaças originadas por fatores exógenos, p. ex., o terrorismo e a atuação das redes transnacionais do crime organizado, e outras endêmicas na realidade do continente: a corrupção, os conflitos étnicos e o saque dos recursos naturais. Estas ameaças constituem desafios à segurança coletiva do continente e são, ou deveriam ser, os temas de interesse a orientar os serviços de Inteligência africanos e as ações de cooperação intracontinental e com os serviços congêneres de fora do continente.

A formação e a prática dos serviços de Inteligência na África Subsaariana estão associadas à estrutura de segurança dos impérios coloniais, marcada por autoritarismo, repressão e combate aos movimentos de libertação nacional. Assim, entre os legados mais fortes do período pós-colonial na África, está a associação dos serviços de Inteligência com a proteção de regimes políticos autoritários civis ou militares. Em Benin, Chade, Moçambique, Níger, República Democrática do Congo (RDC), Somália e Uganda, indivíduos

6 Empresas chinesas preparam investimentos em São Tomé e Príncipe. In: *Voa Portugueses*. 09 jan. 2017. Disponível em: <www.voaportugues.com/a/empresas-chinesas-investimentos-sao-tome-e-principe/3668979.html>. Acesso em: 11 set. 2017.

7 A classificação da Guiné-Bissau como narcoestado é polêmica. Para Shaw, as elites da Guiné-Bissau formaram entre 2005-2014 uma rede de proteção (*elite racketeering*) ao narcotráfico no qual o país era utilizado como ponte da América do Sul para a Europa. (SHAW, 2015).

treinados por CIA, KGB, Mossad e agências de Inteligência das antigas potências coloniais tornaram-se presidentes ou o poder atrás do trono. Relações familiares com o governante eram importantes para ocupar a chefia dos serviços de Etiópia, Guiné, Uganda e RDC (PATEMAN, 1992, p, 570-571).

A transição política dos anos 1990 afetou os SIs, porém, os seguintes desafios – a politização da Inteligência, a falta de capacitação, a insuficiência dos recursos humanos e financeiros, a inadequação ou a ausência de legislação regulatória e o baixo nível de coordenação entre os serviços – permanecem até os dias de hoje e estão imbricados nos problemas estruturais do ordenamento jurídico e do aparato de segurança policial e militar dos Estados africanos após o fim do monopartidarismo. Financiados por doações norte-americanas e da União Europeia, os programas de reforma do aparato de segurança (*security sector reform*) dos Estados africanos reúnem, além da Inteligência, a polícia, os sistemas penal e judiciário; enfrentam obstáculos que refletem o processo, ainda não-consolidado, de democratização. No caso da Atividade de Inteligência, a situação é ainda mais complexa em razão, de um lado, dos vínculos da atividade com governos autoritários, aos quais serve como instrumento de controle da oposição, e de outro, em razão da insuficiência de mecanismos institucionais de controle e supervisão dos SIs aliada à adoção

de uma política deliberada de opacidade dos governos africanos no seu gerenciamento, o que dificulta o cumprimento de normas jurídicas e éticas (LALÁ, 2004).⁸

Os SIs africanos tiveram de se adaptar ao cenário do pós-Guerra Fria e responder aos desafios da expansão do crime transnacional, do terrorismo e das crises humanitárias, elementos que impactam a segurança coletiva. Assim, o Comitê dos Serviços de Informações e Segurança de África (CISSA) foi fundado em 26 de agosto de 2004, em Abuja/Nigéria, com o propósito de desenvolver a cooperação multilateral entre os serviços africanos de Inteligência e segurança. Em janeiro de 2005, a assembleia da União Africana (UA) aprovou a criação do CISSA e a sua vinculação àquela organização por meio do Comitê de Informações e Segurança (CIS). O CISSA se propõe a ser o principal provedor de informações a todos os órgãos decisores da UA reforçando a capacidade dessa organização de consolidar e manter a estabilidade no continente.⁹ Desde 2005, as reuniões do CISSA ocorrem anualmente em alguma capital dos Estados-membros e os temas de interesse incidem sobre a segurança coletiva, a criminalidade organizada e o terrorismo, tendo como referência a cooperação entre agências. O Comitê tem também, entre os seus objetivos, o enfrentamento ao que os governantes africanos consideram intromissão indevida das potências ocidentais nos seus assuntos internos. É o caso das acusações de violação

8 A exceção no continente foi a África do Sul, que promoveu a reorganização dos seus serviços de Inteligência ainda em 1994 ao fim do *apartheid*. (AFRICA, 2007).

9 O Comitê possui três órgãos: Conferência: constituída pelos Diretores dos Serviços de Informações e Segurança dos Estados-membros. O Painel de Peritos: formado por um representante de cada país-membro do CISSA. O Secretariado, com sede em Adis Abeba/Etiópia, órgão de coordenação junto à União Africana. Os funcionários do Secretariado são oficiais recrutados dos Serviços de Informações e Segurança que aderiram ao CISSA.

dos direitos humanos (Sudão), genocídio (Ruanda) ou restrição das liberdades civis (Zimbábue). A sensibilidade desses temas demarca a atuação dos SIs no interior de estruturas políticas ainda vinculadas a regimes, senão autoritários, pelo menos influenciados por práticas dissociadas da transparência (DEHÉZ, 2010). Alguns exemplos demonstram, senão a instrumentalização dos SIs nas entranhas da política da África Subsaariana, ao menos as dificuldades de controle e fiscalização. Na África do Sul, o controle dos serviços de Inteligência foi apontado por opositores de Jacob Zuma como garantidor da manutenção do seu poder em meio aos escândalos de corrupção e às tentativas abortadas de *impeachment*.¹⁰ Em Angola, um mês antes da realização das eleições presidenciais de agosto de 2017, o presidente José Eduardo dos Santos, que deixava a presidência após 38 anos, obteve a aprovação no parlamento de uma lei que, na prática, colocou as forças armadas, a polícia e os serviços de Inteligência sob o controle do seu círculo político por oito anos.

Traça-se, a seguir, breve exposição dos SIs no âmbito dos Palop para se compreender as características e a dinâmica dessas agências no interior do aparato estatal de segurança.

Em Angola, os SIs formam uma comunidade consolidada a partir da experiência nos conflitos armados que opuseram o governo do Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA) à União para a Independência Total de Angola (Unita), à Frente Nacional

de Libertação de Angola (FNLA) e aos seus apoiadores externos, notadamente o regime do *apartheid* sul-africano. O Serviço de Inteligência de Segurança do Estado (SINSE), no campo interno, o Serviço de Inteligência Externa (SIE), no campo externo, e o Serviço de Inteligência Militar (SIM) foram capacitados e treinados pelos serviços congêneres de Cuba e da Europa Oriental e desempenharam importante papel na consolidação do Estado angolano e do domínio do MPLA. Após o fim das democracias populares, a comunidade de Inteligência de Angola buscou adaptar-se aos novos tempos. Para Bonzela Franco (2013, p. 81), a atividade de Inteligência em Angola “é um fato consumado, e vem sendo um campo que cresce dia a dia com a necessidade de diminuir as incertezas e melhorar a projeção da atividade governamental no futuro”. Essa projeção inclui o campo externo no qual Angola almeja se tornar uma potência regional, como indica a participação em missões na Guiné-Bissau e na RDC com o auxílio do SINSE e do SIE. O peso econômico, político e estratégico de Angola reflete-se no âmbito do fórum de Inteligência da CPLP, em que o país busca ser um protagonista equivalente ao Brasil e a Portugal e exercer um papel de liderança junto aos SIs dos Palop.

Em Moçambique, o Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) desempenha um papel assemelhado aos serviços congêneres angolanos, embora com recursos mais modestos, e partilha também problemas institucionais, p. ex., a estreita associação à política governamental do

10 Zuma chefiou a unidade de Inteligência do Congresso Nacional Africano (CNA) durante a luta contra o *apartheid*.

partido situacionista, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). Recentemente, o SISE envolveu-se em escândalos políticos e financeiros que impactam negativamente o seu gerenciamento (DEUTSCHE WELLE, 2016). Convém salientar que Moçambique é influenciado pela vizinhança anglófona, principalmente sul-africana, e o espaço geoestratégico do Índico.

Os SIs de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe apresentam organização incipiente e, mesmo entre eles, há diferenças que refletem o grau de governança e a estabilidade política. Em Cabo Verde, o Serviço de Inteligência da República (SIR) encontra-se ainda em processo de consolidação pouco mais de uma década após a sua fundação ocorrida em 2005 (EXPRESSO DAS ILHAS, 2015). Na Guiné-Bissau, as chefias do SI estiveram profundamente envolvidas em conflitos armados e negócios ilícitos que contribuíram para a desestabilização política desse país. Atualmente, o Serviço de Informação e Segurança (SIS) encontra-se em processo de reformulação, adaptando-se ao fortalecimento institucional do Estado bissauense. Na mesma dimensão do SIS, encontra-se o Serviço Nacional de Informações de São Tomé e Príncipe (SINFO).

A maior robustez dos SIs angolanos e, em menor escala, do SI moçambicano mostraria um nível de profissionalização e organização mais complexo quando comparado aos demais Palop e à grande maioria dos demais SIs africanos. No entanto, os SIs dos Palop necessitam adequar-se aos parâmetros da moderna gestão da Atividade de Inteligência que a

vincula às políticas de Estado e de forma independente dos interesses partidários. No geral, a qualificação profissional é incipiente. Mantem-se o recrutamento direto de policiais, antigos combatentes das guerras de libertação nacional e militares da ativa e da reserva. A capacitação é direcionada para as atividades operacionais (nas quais o emprego de fontes humanas é essencial). A cultura de contrainteligência e a análise são restritas em boa medida pela insuficiência do sistema formal de ensino. Nesse contexto, a necessidade de capacitação é um dos campos mais oportunos para aproximação junto aos SIs da África Subsaariana.

A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E A POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL

A Atividade de Inteligência do Estado brasileiro tradicionalmente está direcionada para o campo das ameaças internas (CEPIK e AMBROS, 2009, p. 32). No entanto, a dimensão continental do Brasil e a multiplicidade de desafios que esta característica traz para o processo decisório nacional não isenta de importância o ambiente externo. A geografia torna imprescindível para a segurança do país uma política externa acurada cuja execução durante muito tempo esteve exclusivamente identificada com a diplomacia. A política de defesa, por sua vez, a partir do último terço do século XX, orientou-se de forma mais sistemática para o litoral atlântico com o alargamento do mar territorial para 200 milhas marítimas (1970) até a concepção da Amazônia Azul (2004) e a noção de entorno estratégico. Das burocracias especializadas que constituem o tripé da segurança nacional

– diplomacia, defesa e inteligência – esta foi a última a deslocar-se do campo interno para o externo de uma forma mais assertiva com a intensificação da nomeação de Adidos Civis de Inteligência a partir de 2016, entre as quais aquela estabelecida na África do Sul, a primeira no continente africano. Embora o estabelecimento da adidância na África do Sul esteja mais vinculada aos interesses associados aos BRICs, ela representa um avanço significativo para a consecução mais eficaz da projeção econômica e política do Brasil na África Subsaariana com a utilização da Inteligência de Estado.

A ampliação da capacidade de “detectar, acompanhar e informar sobre ações adversas aos interesses do Estado no exterior” é uma das diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Inteligência (PNI) aprovada em 2016. A sua fundamentação parte da necessidade de a Inteligência produzir conhecimento sobre “as principais ameaças e vulnerabilidades a que estão sujeitas as posições e os interesses nacionais no exterior, como forma de bem assessorar o chefe de Estado e os órgãos responsáveis pela consecução dos objetivos no exterior”. Entre as ameaças mencionadas na PNI, encontram-se aquelas que ensejam uma atenção ao campo externo, p. ex., a criminalidade organizada transnacional, o terrorismo, os ataques cibernéticos e a interferência externa. A PNI orienta a projeção externa da ABIN de modo a apoiar a inserção do País no cenário internacional marcado tanto por cooperação e convergência para enfrentar ameaças quanto por competição e busca de oportunidades. A atuação da ABIN deve estar em sintonia “com os preceitos da Política Externa Brasileira e com os interesses estratégicos definidos pelo Estado,

como aqueles consignados na Política de Defesa Nacional e na Estratégia Nacional de Defesa” (BRASIL, 2017).

A projeção internacional da ABIN, especialmente na África, enfrenta obstáculos estruturais (as inflexões na estratégia político-diplomática) e conjunturais (insuficiência de recursos financeiros e humanos disponibilizados para a Atividade de Inteligência em um contexto de crise econômica). O aumento das adidâncias na África Subsaariana, eventualmente na Nigéria e em Angola, p. ex., dependeria de avaliação e ajustes para consolidar o processo de projeção da ABIN para o exterior.

No caso específico da política africana, conforme os objetivos listados na PNI e no eixo estruturante Projeção Internacional da Estratégia Nacional de Inteligência (ENI), as ações em proveito dos interesses do Brasil no exterior abrangem o incremento dos acordos de cooperação internacional, a formação de parcerias e a ampliação do intercâmbio de informações.

No Fórum de Informações e Inteligência da CPLP, há o propósito de criar-se um ambiente favorável ao fluxo de dados e conhecimentos sobre temas avaliados como fundamentais no âmbito da CPLP: crimes transnacionais, tráfico de pessoas, imigração ilegal, ameaças das redes sociais e enfrentamento ao terrorismo (PANAPRESS, 2011; ABIN, 2017). Não obstante as dificuldades econômicas conjunturais, o esforço de concertação promovido pelas reuniões anuais do Fórum propicia condições favoráveis para o aumento dos encontros técnicos e a oferta de cursos de capacitação aos Palop, o que contribuiria

para ampliar o grau de integração entre os SIs e o protagonismo da ABIN. Elencamos, a seguir, diversos temas de interesse no intercâmbio de informações entre a ABIN, o SISBIN e os SIs da África Subsaariana.

1. O terrorismo. É o tema principal de acompanhamento de vários SIs da África Ocidental e da África Central, não só em razão do interesse externo, mas também por estar inserido em situações de violência insurrecional na política interna desses Estados e das suas relações com os países vizinhos, como ocorre em Camarões, Chade, Costa do Marfim, Mali, Níger, Nigéria e Quênia (JEUNE AFRIQUE, 2015). No entanto, há percepção de baixo grau de confiabilidade entre os SIs africanos e os ocidentais em razão do colonialismo e de prevenções de caráter ideológico.

2. As redes transnacionais do crime. Há tendência de ampliação do fluxo de drogas em direção ao Brasil ou do transporte de drogas do Brasil para a Europa via África com a possível participação de máfias nigerianas. As características singulares do Estado africano pós-colonial apontam a necessidade de conhecer e avaliar a conexão entre a política, o mundo dos negócios e o mundo do crime para entender os mecanismos de funcionamento das atividades ilícitas no continente e as suas relações com os agentes externos e o seu impacto no Brasil.

3. Os fluxos migratórios. Há registro de crescimento da imigração africana (angolanos, congolezes, nigerianos e senegaleses) principalmente para os grandes centros urbanos brasileiros. A emigração para o Brasil é muito menor do que a

realizada para a Europa, mas a legislação mais benevolente para refugiados pode acelerar esse fluxo e o envolvimento de redes de tráfico de pessoas, por exemplo, aquelas atuantes na África Ocidental. Os riscos epidemiológicos (ebola e outras viroses) provocados pelo desequilíbrio ecológico constituem outro foco para acompanhamento.

4. A ampliação do processo de cooperação internacional com o engajamento do Brasil em missões de paz em áreas de conflito na África Subsaariana, p. ex., na RCA, onde atua a Missão Integrada Multidimensional de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA). A RCA vive uma situação conflituosa que envolve risco de genocídio, “limpeza étnica” e disputa por recursos naturais com impacto em estados fronteiriços (Camarões, Chade, Congo Brazzaville, RDC, Sudão e Sudão do Sul) cuja segurança é também bastante frágil (STUENKEL, 2017). A participação do Brasil na MINUSCA representaria o comprometimento maior do país na mediação de conflitos na África Subsaariana.

5. A concertação entre o Brasil e os Estados da África Subsaariana nas Nações Unidas, na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) (JORGE, 2015, p. 49), com desdobramentos no apoio às demandas brasileiras de reforma dos mecanismos de governança global.

6. A intensificação dos negócios junto aos países africanos (investimentos, importação e exportação). Desde os anos 1970, este é o principal campo de interesse do Brasil na África. A importância do interesse

econômico é medida pelo fato de 72% do petróleo importado pelo Brasil ser proveniente da África (Nigéria, Angola, Guiné Equatorial) e o intercâmbio comercial aumentou de US\$ 4 bilhões para US\$ 26,4 bilhões de 2000 a 2014 (FARIAS, 2017, p. 148).

7. A presença chinesa na África. O engajamento chinês na África é bastante complexo e envolve atores oficiais e não-oficiais, nem sempre com interesses convergentes. O acompanhamento da presença chinesa nos Estados da África lusófona e no Atlântico Sul seria orientado para identificar como as estratégias geoeconômicas e políticas chinesas concorrem, geram ou impulsionam obstáculos e oportunidades à projeção do Brasil.

Há um espaço amplo de cooperação em temáticas comuns a partir do terreno conquistado nas últimas décadas. Mas a efetiva ampliação da cooperação na área de Inteligência de Estado necessita da criação, ou do fortalecimento, de ações específicas voltadas para conhecer e prospectar temas estratégicos das relações Brasil-África Subsaariana. Nesse sentido, seria proveitosa a concepção de programas de capacitação em assuntos africanos que visem à formação de um corpo mínimo de africanistas, assim como ampliar o intercâmbio de informações de forma permanente baseado na identificação de uma pauta de interesses comum.

Por fim, há vantagens intangíveis para que a ABIN possa se inserir de forma competitiva no cenário da Inteligência na África. Trata-se de aproveitar as resistências dos SIS

africanos em relação aos países ocidentais identificados com o colonialismo e transferir *expertise* de um país (o Brasil) cuja realidade econômica, social e política está mais próxima das necessidades dos países da África Subsaariana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em artigo de divulgação científica publicado em 2009, Marco Cepik e Christiano Ambros (2009, p. 32) destacavam que faltava ao Brasil “mais capacidade de olhar para o exterior, de produzir Inteligência estratégica e tática relativa a eventos e processos cruciais para o Estado brasileiro e que se desenvolvem fora de nossas fronteiras”. Atualmente, a ABIN orienta-se para ocupar com mais vigor um espaço que é próprio às suas atribuições: a prospecção de dados e informações relevantes no ambiente externo, de modo a dar mais consistência ao assessoramento do processo de decisões. Nesse contexto, a África Subsaariana é emblemática em razão das oportunidades e dos desafios apresentados neste artigo. A consolidação da projeção para o ambiente externo necessita do estabelecimento de prioridades que o conectem de forma integrada com o campo interno e dentro da identificação do interesse nacional. Esta estratégia depende da disponibilidade de recursos financeiros (necessários para o eventual estabelecimento de novas adidâncias e a formação de rede de colaboradores) e recursos humanos capacitados para a produção de conhecimentos. No caso da produção de conhecimento sobre a África Subsaariana, ainda incipiente apesar da criação da adidância na África do Sul, a capacitação de servidores especializados em África (africanistas) é crucial para processar

e avaliar dados e conhecimentos de uma realidade complexa, pois, como salienta Hugon (2009, p. 146), a (re)avaliação estratégica da África está relacionada, de um lado, à segurança coletiva, a matérias-primas e à biodiversidade; e, de outro, aos “efeitos de bumerangue” produzidos pelos “males da África”: as migrações, as epidemias, a exportação da violência e o terrorismo. É um contexto desafiante para o qual a ABIN é chamada a fornecer análises e conhecimentos confiáveis, oportunos e relevantes de modo a subsidiar a projeção econômica e política do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal & SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 57 (1): 2014, p. 5-21. Disponível em: <[dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400101](https://doi.org/10.1590/0034-7329201400101)>. Acesso em: 15 set. 2017.

ABIN. Serviços de Inteligência dos países de língua portuguesa traçam metas para 2017. Disponível em: <www.abin.gov.br/servicos-de-inteligencia-dos-paises-de-lingua-portuguesa-tracam-metas-para-2017/>. Acesso em: 28 set. 2018.

AFRICA, Sandy. Governing intelligence services in Africa. *Workshop on an African SSR Strategy Agenda and ASSN General Meeting*. Addis Abeba: 9-10 oct. 2007. Disponível em: <africansecuritynetwork.org/.../WorkshoponAfrica>. Acesso em: 21 set. 2017.

_____. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória? Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Política Internacional* n° 51 (1), 2008.

AFRICA DEFENCE & SECURITY. *Angola no Golfo da Guiné e Atlântico Sul*. 16 nov. 2016. Disponível em: <africadefesaeseguranca.wordpress.com/2016/11/16/angola-no-golfo-da-guine-e-atlantico-sul/>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. *Angola: the untouchable security and defence apparatus?* 23 jul. 2017. Disponível em: <africadefesaeseguranca.wordpress.com/2017/07/23/angola-the-untouchable-security-and-defence-apparatus/>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás. A segurança Marítima no Seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia. *Nação e Defesa*, n° 128 – 5ª Série, 2011, p. 41-65. Disponível em: <comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4744/1/NeD128_LuisManuelBrasBernardino.pdf>. Acesso em: 28 out 2017.

BONZELA FRANCO, Marcelino Cristóvão. *A Evolução do Conceito Estratégico do Serviço*

de Inteligência e de Segurança do Estado da República de Angola (1975-2010). Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Políticas e Sociais, 2013. Disponível em: <www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/7130/1/TESETRABPUBL.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

BRASIL. Decreto de 15 de dezembro de 2017. Cria a Estratégia Nacional de Inteligência. Gabinete de Segurança Institucional. Brasília: 2017. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Dsn/Dsn14503.htm>. Acesso em: 19 set. 2018.

_____. Decreto de 29 de junho. Cria a Política Nacional de Inteligência. Disponível em: <www.Abin.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao-de-inteligencia/coletanea-de-legislacao/politica-nacional-de-inteligencia/>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa/Estratégia Nacional de Defesa*. Disponível em: <www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em: 21 set 2017.

CARMODY, Padraig & OWUSU, Francis. A Expansão da China para a África: Interesses e Estratégias, p. 235-267. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira, PINTO, Eduardo Costa e ACIOLY, Luciana (Orgs.). *A China na nova configuração global: impactos políticos, econômicos e sociais*. Brasília: IPEA, 2011.

CEPIK, Marco Aurélio e AMBROS, Christiano. Os serviços de Inteligência no Brasil. *Ciência Hoje*, v. 45, n° 265, nov. 2009, p. 28-33.

CONTROLO dos serviços secretos garante manutenção de Zuma no poder. *Rede Angola*: 8 maio 2017. Disponível em: <www.redeangola.info/controlo-dos-servicos-secretos-garante-manutencao-zuma-poder/>. Acesso em: 18 set. 2017.

DEHÉZ, Dustin. Intelligence Services in Sub-Saharan Africa. Making Security Sector Reform Work. *ASPJ Africa & Francophonie* - 3rd Quarter 2010, p. 57-63. Disponível em: <www.airuniversity.af.mil/Portals/10/ASPJFrench/journals_E/Volume-01_Issue-3/dehez_e.pdf>. Acesso em: 13 set. 2017.

DEUTSCHE WELLE. A quem presta contas a secreta moçambicana? 28 jun. 2016. Disponível em: <www.dw.com/pt-002/a-quem-presta-contas-a-secreta-mocambicana/a-19362702>. Acesso em: 17 out. 2017.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS: 16 ago 2017. Disponível em: <www.dn.pt/lusa/interior>. Acesso em: 17 ago. 2017.

EXPRESSO DAS ILHAS. *Serviço de Informações da República: Ninguém fala, é segredo*. 23 fev

2015. Disponível em: <www.expressodasilhas.sapo.cv/politica/item/44034-servico-deinformacoes-da-republica-ninguem-fala-e-segredo>. Acesso em: 25 ago. 2017.

FARIAS, Hélio Caetano. *A estratégia do Brasil na África: fundamentos geopolíticos e mecanismos de financiamento no ciclo recente de expansão econômica (2000-2014)*. Tese de Doutorado. UFRJ. Rio de Janeiro: 2017.

FERREIRA, Patrícia Magalhães. *“Estados Frágeis” em África: A intervenção externa nos processos de construção do Estado (Statebuilding) e da Paz (Peacebuilding)*. Tese de Doutorado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUC): 2014. Disponível em: <www.pordentrodaafrica.com>. Acesso em: 7 set. 2017.

FRANCISCO, Albertino e AGOSTINHO, Nujoma. *Exorcising devils from the throne: São Tomé and Príncipe in the chaos of democratization*. New York: Algora Publishing, 2011.

HUGON, Philippe. *Geopolítica da África*. Trad. de Constância Morel. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

IPEA/BANCO MUNDIAL. *Ponte sobre o Atlântico, Brasil África Subsaariana: Parceria Sul-Sul para o crescimento*. Brasília: 2011. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12637>. Acesso em: 20 ago.2017.

JEUNE AFRIQUE. *Dossier: Les services de renseignements africains*. 21 a 25 sept. 2015. Disponível em: <www.jeunefrique.com>. Acesso em 13 out. 2017.

JORGE, Nedilson Ricardo. Relações Brasil-África: Panorama Geral. *Cadernos de Política Exterior/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais*: v. 1, n° 2 (out. 2015). Brasília: FUNAG, 2015.

LALÁ, Anícia. Picturing the Landscape: Police, Justice, Penal and Intelligence Reforms in Africa. In: FERGUSON, Chris and ISIMA, Jeffrey (Eds). *Providing Security for People: Enhancing Security through Police, Justice, and Intelligence Reform in Africa*. Shrivehan: Global Facilitator Network for Security Sector Reform (GFN-SSR): 2004. Disponível em:

<s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30125165/providing_security_for_people_enhancing_security_through_police>. Acesso em: 21 set. 2017.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra. História e Civilizações*, v. II. Trad. de Manuel Resende. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

MASSEY, Simon. Global Politics and the failure of securitization in Guinea-Bissau. In: CHABAL, Patrick and GREEN, Toby (eds.). *Guinea-Bissau. Micro-state to 'Narco-state'*.

London: C. Hurst & Co. (Publishers) Ltd., 2016.

PANAPRESS. Serviços Secretos de países lusófonos debatem tráfico de droga em Cabo Verde. Disponível em: <www.panapress.com/Servicos-Secretos-de-paises-lusofonos-debatem-trafico-de-droga-em-Cabo-Verde--3-437862-51-lang3-index.html>. Acesso em: 28 set. 2018.

PATEMAN, Roy. Intelligence Agencies in Africa: A Preliminary Assessment. *The Journal of Modern African Studies*. v. 30, n° 4, p. 569-584, Dec., 1992.

PLESSIS, Inus du. The Impact of a War on Terror on Africa. *Security Strategic Review for Southern Africa*, Pretoria v. XXVII , n° 1, p. 47-65, May 2005.

REDE ANGOLA. Controlo dos serviços secretos garante manutenção de Zuma no poder. 8 maio 2017. Disponível em: <www.redeangola.info/controlo-dos-servicos-secretos-garante-manutencao-zuma-poder/>. Acesso em: 18 set. 2017.

RODRIGO, Pimentel Ferreira Leão et alli (Orgs). *A China na nova configuração global: impactos políticos, econômicos e sociais*. Brasília: IPEA, 2011.

SARAIVA, José Flávio. *A África no século XXI: um ensaio acadêmico*. Brasília: FUNAG, 2015.

SHAW, Mark. Drug trafficking in Guinea-Bissau, 1998-2014: the evolution of an elite protection network. Cambridge: *The Journal of Modern African Studies*. v. 30, n° 3, 2015, p. 339-364. Disponível em: <www.cambridge.org/core/terms>. Acesso em: 15 set. 2017.

STUENKEL, Oliver. Envio de tropas brasileiras à África Central seria boa notícia para o Brasil e o mundo. *El País*: 13 set. 2017. Disponível em: <brasil.elpais.com/brasil/2017/09/12/opinion/1505234666_502675.html>. Acesso em: 18 out. 2017.

TAYLOR, Ian. *The International Relations of Sub-Saharan Africa*. New York/London: Continuum, 2010.

TV 5 MONDE. L'Angola, pays pétrolier plongé dans une sévère crise économique. 21 ago. 2017. Disponível em: <information.tv5monde.com/en-continu/l-angola-pays-petrolier-plonge-dans-une-severe-crise-economique-187170>. Acesso em: 21 ago. 2017.

UNODC. *Criminalidade Organizada Transnacional na África Ocidental: Avaliação da Ameaça*. Viena: fev. 2013.

VOZ DA AMÉRICA: 9 jan. 2017. Disponível em: <www.voaportugues.com/a/empresas-chinesas-investimentos-sao-tome-e-principe/3668979.html>. Acesso em: 11 set. 2017.